

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br

Produção: Gilberto Motta (MTb 957/SC)
Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS)
Tiragem: 800 exemplares

Nº 1072

Emenda do PCS passa na CCJ e pressão tem que aumentar

A categoria lembra bem: revisão salarial só sai no grito e na luta. Foi assim com os três PCS e não é diferente com o PCS4. Na Assembleia de quarta-feira, dia 23, os servidores aprovam a realização de uma Assembleia/Ato no dia 1º de dezembro, quinta-feira, às 16 horas, na Justiça Federal da Capital.

Ontem, em Brasília, em sessão lotada de servidores, os deputados da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovaram a emenda que prevê a inclusão dos valores dos PCSs do Judiciário Federal e do MPU à proposta de Lei Orçamentária Anual de 2012, em tramitação na Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional. A proposta, aprovada por unanimidade na Comissão, pede a destinação de R\$ 2 bilhões, sendo que parte desse valor será para pagar duas parcelas dos Planos em 2012, em janeiro e julho.

Segundo informações do assessor parlamentar da Fenajufe, Antônio Augusto Queiróz, a forma de implementação dos reajustes será objeto de debate no momento da apreciação dos PLs 6613/09 e 6697/09, que estão parados da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara.

A aprovação, porém, ainda não nos garante nada e muito menos encerra o trabalho de pressão dos servidores, uma vez que essa proposta ainda precisa ser aprovada na Comissão Mista de Orçamento, garantindo a inclusão dos valores no Orçamento de 2012. São duas frentes de atuação: uma para garantir a verba no Orçamento

e a outra para garantir a aprovação dos projetos.

MINISTRAS NÃO RECEBEM SERVIDORES

Ontem a pressão dos mais de mil servidores que protestaram na Praça dos Três Poderes garantiu que um grupo de seis coordenadores da Fenajufe entrasse no Palácio do Planalto para conversar com representantes do governo federal. A reunião, que inicialmente seria com a Secretaria Geral da Presidência da República, conforme informaram representantes do próprio Palácio do Planalto, ocorreu com os assessores da Secretaria Geral da Presidência Wlamir Ubeba Martines e Sílvio Silva Brasil; e da Secretaria de Relações Institucionais, Marcos Toscano. Apesar da tentativa dos dirigentes da Fenajufe, já dentro das dependências do Palácio do Planalto, as ministras Ideli Salvatti (Relações Institucionais) e Gleisi Hoffmann (Casa Civil), se recusaram a receber os representantes da Fenajufe.

Na conversa, os assessores reafirmaram aos dirigentes sindicais a posição que vem sendo sinalizada há tempos, em reuniões e por meio de declarações nos veículos da grande imprensa, de que o governo não pretende, em 2012, conceder reajuste para o funcionalismo público federal, em especial para os servidores do Judiciário Federal e do MPU.

POLÍTICA É DE REAJUSTE ZERO

Em relação à postura do Executivo, ao serem inda-

01/12 - Assembleia, às 16h, na JF

gados pelos dirigentes sobre o fato de não dialogar com a cúpula do Judiciário, o assessor Marcos Toscano disse que, na avaliação dele, dificilmente a presidente Dilma Rousseff recusaria um pedido de audiência feito pelo ministro Cezar Peluso. Após ouvir os argumentos dos dirigentes sindicais para que o governo federal entre nas negociações, eles se comprometeram a tentar agendar uma audiência da Fenajufe com o secretário geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho para a próxima semana.

A recusa das ministras em receber a Fenajufe reforça a postura do governo, que não quer negociar com os trabalhadores e mantém a sua política de reajuste zero. A resposta precisamos dar com a disposição de, nesta reta final, intensificar a luta e pressionar o Judiciário a se mexer.

Quem não fez Greve - e SC, desde que foi iniciada a luta pelo PCS, participou de duas - e não veio para a frente da JT, da JF ou da JE deve fazê-lo. **Semana que vem temos mais uma Assembleia/Ato e a categoria em SC, historicamente à frente das lutas no Judiciário, tem que mostrar sua força.** *Da Fenajufe com informações do Sintrajusc*

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2012

- **Até o dia 23/11:** entrega das emendas parlamentares (individuais, de comissões e das bancadas estaduais).

- Após a apresentação, as emendas serão distribuídas aos 10 relatores setoriais, cujos pareceres serão votados até **7 de dezembro**.

- O parecer final do deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) ao projeto será votado no dia **19 de dezembro** no colegiado e no **dia 20** no plenário do Congresso.

- No **dia 21**, o governo deverá encaminhar ao Congresso uma nova grade com a previsão dos principais parâmetros econômicos para o próximo ano, como Produto Interno Bruto (PIB), inflação (IPCA), massa salarial, taxa de juros (Selic), taxa de câmbio entre outros. Esses indicadores afetam a arrecadação federal.

- O parecer da receita está a cargo do senador Acir Gurgacz (PDT-RO). Na primeira reestimativa, ele elevou as receitas federais em R\$ 26,1 bilhões, totalizando, em termos líquidos, uma receita de R\$ 937,8 bilhões para a União. *Fonte: Câmara dos Deputados*

Governo fatia fundo de pensão dos servidores

O governo recuou em um dos principais pontos da proposta que cria a previdência complementar do servidor público, mas não abre mão do projeto. Em vez de um fundo de pensão único para os três poderes da República, haverá um para cada poder.

O projeto prevê que os servidores contratados após a criação da entidade contribuirão com 11% apenas sobre o teto do Regime Geral de Previdência, hoje em R\$ 3.691,74, valor da aposentadoria a que terão direito pelo regime próprio. Caso queiram receber benefício maior, deverão contribuir para o regime complementar. O empregador governamental também irá pagar, mas o limite de contribuição será de 7,5%. Para acelerar a tramitação, o governo enviou no início de outubro pedido de urgência para o projeto. Por isso, ele passou a trancar a pauta do plenário desde 18 de novembro.

Os relatores nas comissões restantes ainda não apresentaram seus relatórios. A intenção do governo é votar a criação da Funpresp em dez dias. Ou seja, o projeto será levado ao plenário da Câmara na primeira semana de dezembro. Também está mantido o plano de o Senado aprovar a matéria até março do próximo ano. Até agora, ela só foi aprovada por uma comissão, a de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). É mais uma iniciativa do governo que ameaça os servidores. No Chile e na Argentina, por exemplo, o funcionalismo público enfrentou a quebra dos fundos.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL

Pelo presente Edital, a Diretoria Executiva do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina (SINTRAJUSC), conforme estabelece o artigo 38 do Estatuto Sindical, faz saber aos trabalhadores do Judiciário Federal de Santa Catarina que será realizada ASSEMBLÉIA GERAL, no dia 01 de dezembro do ano de 2011, quinta-feira, às 16 horas, na entrada da Justiça Federal, na Capital, com os seguintes pontos de pauta:

a) Mobilização pelo PCS.

Florianópolis, 24 de novembro de 2011

Coordenação Geral do SINTRAJUSC